

humanitas

NADA DO QUE É HUMANO NOS É ALHEIO



opinião

A escola e a inclusão

por Nuno Lobo Antunes

entrevista

Prof. Dra. Célia Sousa
Coordenadora do Centro
de Recursos para a
Inclusão Digital – CRID ®

descomplicar

“A paz, o pão, habitação,
saúde, educação”

por Filipa Pereira Silva e
Mariana Bem-Haja

artigo

Quando a inclusão se
opõe à inclusão

por Vitor Franco –
Universidade de Évora

ficha técnica

Coordenação — Helena Albuquerque, Luís Amaral, Rosa Moreira, Susana Simões e Teresa Guimarães

Apoio Técnico — Maria Helena Colaço

Colaboradores

Célia Sousa – Coordenadora do Centro de Recursos para a Inclusão Digital – CRID ® da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria

Nuno Lobo Antunes – Médico Neuro Pediatra

Filipa Pereira Silva e Mariana Bem-Haja – FAF Advogados

Vitor Franco – Universidade de Évora

Design e Paginação — Raquel Vinhas

Data de Publicação — janeiro 2025

Todos os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores. É permitida a reprodução dos artigos publicados, para fins não comerciais, desde que indicada a fonte e informada a revista

contactos



humanitas.org.pt



humanitas@humanitas.org.pt



(+351) 21 8453510 (Chamada para a rede fixa nacional)



facebook.com/humanitasfederacao



instagram.com/humanitasfederacao



Praça de Londres, 9 – 4º Esq.
1000-192 Lisboa



editorial

p — 3



entrevista

p — 5

Prof. Dra. Célia Sousa –
Coordenadora do Centro
de Recursos para a
Inclusão Digital – CRID®



opinião

p — 9

A escola e a inclusão
por **Nuno Lobo Antunes**



já aconteceu

p — 12 ... até janeiro de 2025



artigo

p — 13

Quando a inclusão se
opõe à inclusão
por **Vitor Franco** –
Universidade de Évora



descomplicar

p — 17

“A paz, o pão, habitação,
saúde, educação”
por **Filipa Pereira Silva**
e **Mariana Bem-Haja**



editorial

Quisemos que este número da nossa Revista fosse centrado no tema da Educação para assinalar duas efemérides importantes que se comemoraram no ano de 2024, que nos deixou há poucos dias. Por um lado, o 50º aniversário da Revolução dos Cravos, o 25 de Abril de 1974, acontecimento decisivo para a democratização da educação, massificando-a e retirando-lhe o carácter elitista que possuía no Estado Novo, abrindo na sociedade portuguesa as portas para um ensino para todos, com especial preocupação pelos mais vulneráveis, e o 30º aniversário da publicação da Declaração de Salamanca, marco fundamental para a educação dos alunos com deficiência na sua inclusão plena e efetiva no tecido escolar.

Mas se não devemos esquecer o passado por tudo o que ele nos ensina, devemos sempre construir o presente com os olhos virados para o futuro. E, na área da Educação, à semelhança do que acontece noutros campos do conhecimento, não podemos esquecer os caminhos que nos podem ser abertos pelo uso da Inteligência Artificial (IA).

A IA pode representar, sem dúvida, uma porta para a criação



de novas ferramentas que, quando bem utilizadas, poderão eventualmente melhorar a vida das pessoas com deficiência e proporcionar aos alunos com deficiência uma aprendizagem mais completa e integrada num ambiente verdadeiramente inclusivo. Existem estudos que provam que o uso das tecnologias no ensino diminui as desigualdades de aprendizagem, expondo por vezes competências nos alunos com deficiência que não são visíveis no ensino tradicional mais intelectualizado e mais padronizado.

Dois documentos importantes de leitura obrigatória sobre este assunto são: “Achieving success with AI in Education”, do Fórum Económico Mundial (2024) e “Artificial Intelligence in Education: Challenges and Opportunities for Sustainable Development”, da UNESCO. Nestes documentos destacam-se, de uma forma clara, os benefícios do uso da IA na Educação para todos.

Para os alunos com deficiência intelectual, a IA já está a revelar-se muito benéfica em várias vertentes da Educação. Plataformas adaptativas de educação personalizam o ritmo e o conteúdo do ensino, assim como as ferramentas de conversão do texto em fala e tradução para linguagem simbólica permitem transmitir conhecimentos àqueles que têm

dificuldade ou mesmo impossibilidade de leitura.

Para os que têm ainda mobilidade reduzida podemos destacar os assistentes virtuais, como a Alexa e o Google Assistant, que permitem comandar aparelhos sem precisar de lhes tocar, possibilitando trabalhar, por exemplo, no computador à distância, tirando apontamentos de uma aula. Para pessoas com deficiência visual, apps como o Seeing AI da Microsoft funcionam ainda como “olhos”. Eles descrevem o ambiente identificando objetos e lendo textos em voz alta.

Também os grandes desenvolvimentos na área da robótica possibilitam já criar ambientes mais adaptados através da realidade virtual e aumentada, oferecendo experiências educativas inclusivas que permitem aos alunos com deficiência a aprendizagem de novos conceitos e a vivência de novas experiências de ensino/aprendizagem.

Acreditamos que a IA pode ter enormes benefícios e abrir grandes oportunidades na educação dos alunos com deficiência intelectual se as ferramentas desenvolvidas estiverem sempre centradas no indivíduo e na sua dignidade inerente e tiverem como principal objetivo o seu empoderamento como ser humano e social.



“Tenho como lema de vida o respeito pelo outro, acredito na riqueza da diversidade do ser humano, acredito que uma sociedade inclusiva é aquela onde todos os cidadãos o são de pleno direito, não pela sua igualdade, mas pela aceitação da diferença e pela sua participação plena em todos os domínios.”

Célia Sousa

Coordenadora do Centro de Recursos para a Inclusão Digital – CRID® da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria.

Célia Sousa é doutorada em Ciências da Educação, Especialidade Comunicação pela Universidade da Extremadura. É professora na Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Politécnico de Leiria e Investigadora Integrada do Centro de Investigação Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa.

Nas últimas décadas tem desenvolvido projetos nas áreas das tecnologias de apoio, educação inclusiva, comunicação aumentativa e da cultura acessível.



PROFESSORA DOUTORA CÉLIA SOUSA

Como mote de partida para a entrevista, a frase acima referida pela prof. Célia, a comunicação acessível é uma questão de exercer/cumprir os Direitos Humanos? Por favor, comente a sua frase.

O ato de comunicar faz parte da essência do ser humano, é através da comunicação que expressamos sentimentos, partilhamos informação, interagimos com os outros. Como tal, é nossa obrigação comunicar de modo a que todas as pessoas tenham acesso a todas as informações contidas na mensagem. Para mim é uma questão de Direitos Humanos. Não faz sentido que os serviços públicos não utilizem diferentes formas de comunicação para interagir com a sociedade. Estou a referir-me, por exemplo, a sites que todos consultamos. Estes devem comunicar de um modo claro, utilizando escrita simples, língua gestual portuguesa, áudio e ainda, em algumas situações, linguagem pictográfica. A nossa sociedade só será para TODOS se respeitarmos a diversidade e permitirmos a participação de TODOS nos diferentes domínios. Essa participação só pode acontecer quando comunicarmos de forma acessível com todos e em todos os locais, pois só assim conseguimos passar a mensagem totalmente e de forma clara e “dar voz” a todos os seres humanos.

Como nasceu esta sua paixão, estas suas descobertas, ligando a Comunicação com a Educação dentro desse contexto acessível?

Esta paixão nasceu ao longo da

minha vida profissional, quando me deparei com a dependência das pessoas que “não conseguem comunicar” da forma a que estamos habituados no nosso dia a dia com aquilo a que vulgarmente chamamos fala. Percebi que as pessoas com dificuldades de comunicação aprendem a depender totalmente de terceiros, desenvolvem um sentimento de impotência perante o meio em que estão inseridas e um estado de desistência. E deixam de reagir por interiorizarem que as suas ações são inúteis e que não têm controlo sobre as situações.

Quando vivenciei estas situações, senti necessidade de estudar e aprofundar o modo como a comunicação se processa no ser humano. Ao longo das duas últimas décadas tenho dedicado os meus dias a pesquisar/investigar e entender como podemos desenvolver o conceito de comunicação para todos em diferentes contextos da nossa sociedade, desde a literatura até a uma simples ida ao restaurante, na escolha de uma refeição.

Como surgiu a ideia do CRID?

O CRID surgiu de um grupo de pessoas (pais, professores e investigadores) que se juntaram, em 2003, e que desenharam um projeto, que tinha como missão promover a inclusão social da população com necessidades específicas, através do recurso a ajudas técnicas e produtos de apoio, no âmbito da acessibilidade digital. Através de diversos recursos tecnológicos, prestar aconselhamento relativamente às respetivas ferramentas de



entrevista

apoio, com o objetivo de prestar apoio à comunidade académica e à sociedade civil combinando múltiplas áreas científicas, e também pesquisar/investigar e estudar o potencial de desenvolvimento e inovação de tecnologias acessíveis.

O que é uma comunicação acessível?

De um modo simples e claro, é aquela que permite transmitir a informação contida na mensagem a todos. Quando falamos em acessibilidade comunicacional, falamos em múltiplas formas de transmitir as diferentes informações em diferentes contextos. Por exemplo, quando visitamos um museu, será que o modo como o mesmo comunica consegue chegar a todos? Comunicação acessível é pensar sempre em diferentes formas de comunicar, ou seja, é comunicar em multiformato. Basicamente, é usarmos diferentes formas para transmitir a mesma informação: escrita fácil (é um método de apresentação de informações escritas que facilita a compreensão por parte das pessoas com dificuldades de leitura), texto aumentado, braille, audiodescrição das imagens (para pessoas cegas ou com baixa visão), pictogramas (para pessoas com dificuldades intelectuais ou diversidade funcional), Língua Gestual Portuguesa (LGP), para pessoas surdas, e ainda informação em áudio. Tanto o áudio como a LGP podem ser disponibilizados através de um Código Quick Response (QR* Code).

Qual a importância da acessibilidade na comunicação?

A acessibilidade na comunicação é para mim uma questão de Direitos

Humanos. A nossa sociedade tem essa obrigação, a informação tem de chegar a todos os seres humanos. Só podemos ter uma sociedade plena se todos tiverem oportunidade de participar. Só podemos participar quando temos acesso à informação, pois só assim podemos tomar as nossas decisões de acordo com as nossas necessidades e desejos. É uma obrigação de todos os governos informarem todos os cidadãos de forma a serem participativos e poderem fazer as suas escolhas, mas é igualmente uma obrigação de todos nós, pois a sociedade é composta por todos.

Para além da pesquisa/investigação que tem vindo a desenvolver, gosta de lecionar? Como vê a entrada de pessoas com deficiência do ensino superior?

Para mim ser professora é partilhar conhecimento, é inquietar mentes. A entrada de pessoas com deficiência no ensino superior é algo perfeitamente normal, nos dias de hoje já não devia ser um “assunto”. Numa sociedade que diz que respeita a diferença essa questão não devia ser colocada.

Contudo, em Portugal, ainda não temos uma legislação clara e efetiva sobre o acesso das pessoas com deficiência ao ensino superior, existem diplomas “avulsos” e cada instituição de ensino superior decide autonomamente. É urgente que exista legislação adequada, para que possa ser aplicada em todas as instituições de ensino superior.

No ano que se comemoram os trinta anos da publicação da Declaração de Salamanca (1994), na sua opinião, quais os desafios que se mantêm atuais e quais as novas perspetivas



para a promoção contínua da inclusão plena?

Muitas foram as conquistas, nomeadamente ao nível da educação, contudo, ainda temos um caminho muito longo a percorrer. A nossa sociedade ainda está muito longe de aceitar a diversidade como a maior riqueza da humanidade e continua a olhar apenas para essa diversidade como um problema... quando a incapacidade está em todos nós. O maior desafio é ao nível social, temos de desmistificar os “mitos” que continuamos a manter em relação à deficiência, é preciso derrubar as barreiras mentais em cada um de nós. Essas barreiras só podem ser eliminadas com informação, esse é o grande desafio da nossa sociedade.

Sendo uma pessoa ligada à Educação, na sua opinião, quais seriam algumas medidas facilitadoras da inclusão dos cidadãos com deficiência no ensino?

Quando falamos de Educação, nas últimas quatro décadas, tive o grato privilégio de assistir e participar nas grandes mudanças ao nível da legislação. Portugal tem atualmente um quadro legislativo excelente ao nível da escolaridade obrigatória. Existem lacunas, ao nível dos recursos nas nossas escolas, nomeadamente de técnicos especializados. É necessário mais investimento público, formação contínua e especializada a toda a comunidade educativa, valorização da família, parcerias entre as diferentes entidades (saúde e agentes da sociedade), avaliação e monitorização das medidas, pois só avaliando é que se pode adaptar, adequar e avançar. A educação inclusiva é uma caminhada que tem

de ser feita por todos, em conjunto. Como já referi, não é um problema exclusivamente das políticas de Educação, mas de todos nós.

De todas as obras que desenvolveu qual a que lhe trouxe mais realização pessoal e profissional e porquê?

É uma pergunta difícil, pois cada projeto, cada obra, é para mim um desafio. Contudo saliento duas que me deram um grande prazer na sua realização, tanto ao nível pessoal como profissional. A primeira foi a oportunidade de desenvolver a comunicação acessível da Jornada Mundial da juventude (JMJ), em 2023, pelo facto de ter sido a primeira vez que uma JMJ teve a preocupação de chegar a todos. Foi muito gratificante ver como os jovens acediam às orações em formato acessível, senti que tínhamos de facto chegada a TODOS, TODOS, como o Papa Francisco referiu. A segunda, foi o meu último livro, “O Palhaço Francisco”, no qual sou coautora com uma jovem com necessidades específicas, que tinha o sonho de escrever um livro para ajudar a sua instituição. Fazer parte deste sonho foi para mim uma honra, não só por ter tido a oportunidade de participar na criação da história, como ter mostrado através da edição do livro (livro multiformato, com diferentes formas de leitura), que é sempre possível realizar os nossos sonhos, se acreditarmos. Esse é sem dúvida o meu lema de vida, acreditar que é possível mudar a nossa sociedade se acreditarmos que a diversidade humana é a maior riqueza da Humanidade.



A ESCOLA E A INCLUSÃO

por Nuno Lobo Antunes

Não recordo com saudade o meu tempo de escola. Na Primária assustava-me a mão do professor. Era peluda, enorme, e em vez da espada empunhava a palmatória, oferta de um pai com impulsos pedagógicos.

A minha mãe ensinara-me a ler, tal como fizera aos meus cinco irmãos, antes da entrada na escola. Atitude preventiva, mas que, no meu caso, exigiu dela labor acrescido. Tenho a memória viva da difícil alquimia de transformar traços em sons. Os ditongos “ai” e “ui” eram acompanhados de ilustrações que representavam garotos trepando às árvores para roubar

ovos dos ninhos. No desenho seguinte viam-se estatelados no chão, puxados pela força moral que faz o Bem prevalecer, (que pássaros eram esses? Onde param as irmãs que, para evitar fúrias parentais, no fim da página coziam em segredo os calções rotos pela queda?). Para mim, criança citadina, roubar os ovos dos ninhos era atividade esotérica.

As contas, que era a forma como os números socializavam, eram para mim operações misteriosas: “A mãe acha que é fácil adivinhar se é de somar ou diminuir?”, pergunta que foi motivo de troça durante anos.

Em suma, a “Primária” foi roendo por fora a minha infância, deixando a nu uma criança perplexa perante um mundo que, aos poucos, destapado da névoa da inocência, me reprovava. O tempo de brincar era substituído por um Goulag de tabuadas, preposições simples, rios e serras de Portugal, tão distantes da minha vista como eram para mim próximas as paisagens onde índios e cowboys se digladiavam. Esse era o universo onde a história era contada como eu quisesse. Deus onnipotente, era eu quem mandava na imaginação. Era dono de tudo, planícies e desfiladeiros. Os búfalos eram cordeiros mansos. Cochise, Kit Carson ou Touro Sentado fumavam o cachimbo da paz na minha presença. Estranho poder para quem nunca sabia se o acento seria agudo ou grave e, por azar, trocava de forma sistemática, “ç” por “ss”.

No Liceu, o reitor, figura para mim sinistra, era comparável ao Deus do Antigo Testamento, que decretava que o amasse acima de todas as coisas, imposição absurda que me fazia viver em permanente pecado. Incumpria logo no 1º Mandamento.

Ao longo dos anos fracassei em vários outros. Na aparência, o pecado capital da Preguiça, perseguia-me ano após ano. As notas flutuavam entre a mediania e a mediocridade, enquanto família e professores perdiam a esperança de alguma vez me redimir. Intelecto incapaz de resolver equações ou de desfiar a preceito os reis das diversas dinastias. Senos e cossenos eram tão indecifráveis quanto o mandarim. Em suma, um falhado, a peça de fruta que não se escolhe por estar cediça ou pisada, o que fica dos saldos.

Quis a sorte que me dedicasse a crianças que, por uma razão outra, estão ameaçadas por um fado de infortúnios. Tal como eu, é-lhes difícil encontrar gazuas, as palavras-passe que nos abrem a mente e permitem compreender.

Há pouco tempo, disse-me uma adolescente ter apenas duas amigas, trio que se chamava a si mesmo de: “Os restos”. Não havia no seu sorriso sombra de ressentimento. Aceitava ser o que sobra, a última a ser escolhida, por ser essa a sua condição.

Vem tudo isto a propósito da inclusão na escola da criança com défice de atenção. No fundo da adaptação da escola às diferentes formas de se ser criança.

Devo sublinhar que é raro serem as crianças assim diagnosticadas, meramente desatentas. A grande maioria, além do alheamento ou da agitação, acumula dificuldades. Socializar não é fácil. O discurso dos outros é feito de uma nota só, sem acordes que permitam distinguir a emoção que tinge a frase.

Costumo dizer que, se a boca fala, o corpo grita. O Esperanto de um corpo desperto, movimentos e expressões comuns a toda a Humanidade, são muitas vezes indecifrados, como se o outro permanecesse imóvel.

A ansiedade expressa-se no movimento contínuo de uma perna que não para de tremer, ou no que resta de um lápis roído. As unhas têm metade do tamanho devido, sofrendo a erosão de dentes que não cessam de as desgastar.

Aos movimentos faltam fluidez, os gestos são imprecisos.



opinião

O Diagnóstico de Perturbação de Hiperatividade e Défice de Atenção é fachada que encobre muitos quartos.

A criança nasce diferente e, ao crescer, ela e os outros apercebem-se dessa diferença. Não de repente, numa epifania, mas aos soluços, como quem sobe com esforço uma escada.

Quem sou eu, qual o meu lugar, com quem me identifico, onde estão os meus semelhantes? Pouco a pouco a criança percebe que o Eu e o Eles não casam. É como aqueles pesadelos em que se sonha estar numa praça repleta de gente. A escola é um campo de batalha e a criança treme numa trincheira.

Muitas mães dizem-me que o que mais as cansa é o olhar dos outros sobre o seu filho. Um olhar de recriminação constante, que reprova sem entender a natureza do comportamento. Que julga sem compreender.

Muitas vezes são os próprios a não entender os filhos. Quantos não choraram na minha consulta, ao compreender a natureza das dificuldades que lhes escapou? Lágrimas de remorso por castigos injustos. Inocentes punidos por atos que lhes fogem do controlo. Tanto engano.

Na escola a preguiça é o libelo: “Se ele quisesse... mas não quer...”. “Tem de mudar o comportamento”. “Precisa de estar mais atento”. Em consequência a consola dos jogos foi arrumada, o telemóvel fica escondido, a ida a uma festa adiada até ver.

Não é raro os professores sublinharem em público as dificuldades da criança: “Hoje não tomaste o comprimido, ora diz lá?”.

As outras crianças, perante o que é diferente, reagem como todos nós: fogem ou atacam. Desse modo a criança é estrangeira na sua própria casa, perdida entre uma multidão que não fala a sua língua. Muitas são vítimas de bullying mais ou menos evidente. As raparigas agridem ao excluir, os rapazes de forma mais violenta. Ou talvez não, porque a dor do afastamento pode ser mais intensa.

É difícil amar com constância uma criança que nos tira a paz. A angústia perante o futuro incerto, o turbilhão que envolve toda a família, o sonho de uma Sagrada Família destruída pelo cansaço das censuras constantes. O dinheiro que se vai em explicadores. As férias sonhadas são afinal um inferno, e o retorno ao trabalho uma bênção, porque aí o descanso é maior. A criança percebe que é um fardo. Os pais negam, mas instala-se a certeza de que são coisa sem préstimo. Era preferível não existirem.

A inclusão é uma luta contra a nossa natureza. A identidade é construída através do que nos separa dos outros. A identidade e as guerras.

Vivemos tempos em que as conquistas que resultaram de lutas difíceis pelo respeito pelas minorias se encontram seriamente ameaçadas. No mundo inteiro a xenofobia, a intolerância, a misoginia ganha força. Difícil que esse movimento não leve por arrasto todos os que são diferentes por uma razão ou outra. É cada vez mais importante que a escola eduque gerações de jovens tolerantes para com o seu próximo e amantes da diversidade.

A questão da inclusão não surge quando a diferença é vista como uma riqueza.



<p>Realização do Seminário Declaração Salamanca – 30 anos depois... – 6 dezembro – Auditório da FPCEUC</p> <p>Neste seminário, revisitou-se a Declaração de Salamanca numa perspetiva interdisciplinar, promovendo-se a reflexão sobre os desenvolvimentos ocorridos ao longo destas três décadas (1994-2024), os desafios que se mantêm atuais e novas perspetivas para a promoção contínua da inclusão plena.</p>	<p>Atribuição do Prémio Criar para Inovar no Encontro Prémio Criar para Inovar 2024 14 janeiro 2025, no Auditório da Fundação Manuel António da Mota</p> <p>Filiadas vencedoras:</p> <ul style="list-style-type: none"> – em ex-aequo, o Projeto Direitos: conhecer para mudar, apresentado pela APPACDM de Coimbra – o Projeto Grandes e Pequenos em Interação (GPI), apresentado pela APPACDM de Setúbal
<p>Realização de sessão de esclarecimento Marca Entidade Empregadora Inclusiva sobre:</p> <ul style="list-style-type: none"> – O que é a marca, quais os domínios e como apresentá-los a partir de evidências e ações? – Partilha de Boas-práticas para atingir marcas de excelência. <p>30 de outubro – via Zoom</p>	<p>Atribuição das Bolsas de Estudo HUMANITAS – 5ª Edição</p> <p>Candidaturas vencedoras sob os seguintes temas:</p> <ul style="list-style-type: none"> – <i>Transformação digital de livros multi-formato</i> – João Pedro Couto Pinheiro – <i>Programas de Educação parental para pais com défice intelectual / défice cognitivo</i> – Magda Cristina Gonçalves de Freitas
<p>Filiação de novas organizações na HUMANITAS:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Associação Existir de Loulé – APPACDM de Sabrosa – ARCIL Lousã 	<p>Realização da Assembleia Geral da HUMANITAS – Federação Portuguesa para a Deficiência Mental, para apresentação do Plano Ação e Orçamento para 2025 – 30 de novembro – CIRE TOMAR</p>
<p>Conversar é preciso...</p> <ul style="list-style-type: none"> – O Envelhecimento das Pessoas com Deficiência Intelectual – novembro 2024 	<p>Realização de Intervenções Formativas sob os seguintes temas:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Selo Humanidade – Referencial de qualidade em Cuidados Humanizados – outubro 2024 – Incentivar Equipas Positivas – novembro 2024
<p>Vamos falar de dificuldades intelectuais... 1º Encontro de Bolseiras da HUMANITAS – 2 de outubro – Faculdade de Motricidade Humana da Universidade de Lisboa</p>	



Quando a inclusão se opõe à inclusão

Vitor Franco

Universidade de Évora

Estamos a comemorar os 30 anos da Declaração de Salamanca, que é um marco fundamental na afirmação de uma prática inclusiva na educação das crianças e jovens com deficiência ou perturbações do desenvolvimento.

Ao fim deste tempo muito mudou na forma de olhar a inclusão e o termo é usado a toda a hora e aplicado a múltiplos contextos. A palavra entrou no discurso público e político, a propósito das mais diferentes situações sociais. Quando assim acontece, e um conceito tão exigente e desafiante se torna tão corrente, isso, por um lado, realça a afirmação da importância do princípio, mas, por outro, há o perigo da sua banalização e diluição, e de já não sabermos bem do que estamos a falar. Ou então de nos desviarmos do foco fundamental das mudanças que a educação inclusiva implica.

Claro que a inclusão não é relativa apenas às pessoas com deficiência (ou com necessidades especiais ou específicas, perturbações, do desenvolvimento, ou neurodivergentes - aliás a diversidade das palavras também nos mostra como elas nos assustam e passamos o tempo a limá-las). Mas a deficiência assusta como nenhuma outra diferença e, por isso, as palavras também servem para esconder o mais fundamental.



A fé na inclusão

Quando perguntam se acredito na inclusão, tal remete o conceito para o domínio da fé (o fundamento das coisas que não se veem). No entanto a inclusão é algo concreto e em construção.

E podemos estar a falar de inclusão a diferentes níveis, sendo que, por vezes, uns podem esconder os outros.

O primeiro nível é relativo ao valor da pessoa, independentemente das suas qualidades e características (nível filosófico, político e dos direitos). Nesse nível já temos bastante consenso e leis que suportam e defendem os direitos da pessoa com deficiência e a sua inclusão educativa e social.

Ao nível pedagógico e educativo, a Declaração de Salamanca veio pugnar por esse princípio inclusivo e em torno dele também foi sendo criado consenso nos mais diferentes países do mundo. Nalguns ainda apenas como acesso de todos à educação (muitas vezes na forma de uma educação especial ou separada) e noutros como uma educação para (e com) todos, tal como a Declaração preconiza.

Temos de considerar ainda um terceiro nível, ético ou psicológico: o que cada um faz na sua prática inclusiva e na relação com os outros. É aqui que a inclusão se reporta à dúvida, incerteza e algo a construir. Como é que o professor, o pai/mãe, ou cidadão, lidam com a diferença daquela criança, na sua prática profissional ou vida social.

Inclusão e percurso inclusivo

Será preferível pensarmos em termos de percurso inclusivo do que de inclusão. Em primeiro lugar, porque a inclusão não é um problema da

escola, e nem sequer é aí que ela se inicia. É um processo, um percurso, com diferentes momentos, desde o nascimento e ao longo de toda a vida. No caso das pessoas com deficiência, trata-se de um percurso em que múltiplas forças e fatores estão presentes, promovendo, uns, mais inclusão, e, outros, mais exclusão.

Se nos referimos à inclusão como sendo apenas o período da vida escolar (e entendermos assim a inclusão educativa) esta segmentação atenta contra a própria inclusão.

Não podemos esquecer aspetos fundamentais no que se refere ao processo inclusivo das crianças e das pessoas com deficiência sob este ponto de vista:

Em primeiro lugar, a inclusão começa em casa, com os pais e a família, e só depois vem a escola ou outros contextos. Em segundo lugar, inclusão e desenvolvimento são duas faces da mesma moeda; seja na compreensão das perturbações do desenvolvimento, na intervenção precoce ou na ação da escola que é chamada a promover desenvolvimento de mais autonomia e melhores competências. Daí decorre, ainda, que as perturbações do desenvolvimento, ou as deficiências, não são doenças para tratar, mas desafios para a vida toda (ou seja, desafios permanentes à inclusão).

A escola é desafiada a mudar

A inclusão para onde a Declaração de Salamanca aponta coloca desafios a todos os momentos escolares do percurso inclusivo. Hoje, o grande desafio à escola, para que seja inclusiva, não é já a questão da entrada das crianças com deficiência ou o seu direito à educação. É sim o seu percurso dentro da escola e fora dela: o



que acontece que permitirá que essas crianças e jovens saiam da escola mais competentes e autônomos.

Este desafio da inclusão tem levado a mudanças progressivas na educação e nos sistemas educativos, porquanto a criança só pode estar incluída num contexto de aceitação e valorização da diversidade. No entanto, a escola que conhecemos tende a valorizar, tradicionalmente, um outro princípio, o da homogeneidade. Subentende que, ao entrarem na escola na mesma idade, as crianças constituem turmas de iguais, ou seja, todos teriam desejavelmente o mesmo desenvolvimento neurológico e cognitivo, o mesmo desenvolvimento social, a mesma forma de aprender e de lidar com o conhecimento, a vivência de idênticos contextos de vida e o acesso aos mesmos recursos. O que não é, obviamente, verdade, e não apenas para as crianças com deficiência; não se aplica a nenhuma criança dentro de cada escola ou turma, pois cada uma é diversa.

É também esta ideia de turma homogênea que fundamenta as práticas de ensino em que o professor “dá aula” para todos (dirigindo-se ao grupo todo, talvez tendo em conta o bom aluno ou pelo menos o aluno médio), esperando que o conhecimento que traz se aplique a todos. Numa época em que o acesso à informação não depende, de forma alguma, dos conhecimentos que o professor possui, nem se faz através dele, este princípio fica desajustado à educação inclusiva. Ao mesmo tempo, os processos que, no passado, visavam retirar da turma aqueles que não correspondiam, porque não estudavam, por serem desatentos, mal comportados ou, simplesmente, não serem competentes, hoje já não são aceitáveis. O princípio da escola para

todos veio impedir a utilização destes mecanismos de exclusão, fazendo com que todos os alunos tenham de permanecer na escola e na sala de aula.

Aqui, ligada à heterogeneidade, situa-se a dificuldade e o exigente desafio da inclusão educativa. Falar muito de inclusão, ou considerar que uma escola é inclusiva porque tem alunos com deficiência, pode ser um obstáculo à (difícil e complexa) mudança no sentido da efetiva inclusão.

As instituições e serviços que trabalham com pessoas com deficiência também participam desta mudança para um paradigma inclusivo. Por isso se confrontam permanentemente com a questão que se lhes coloca: de que modo aquilo que fazem promove mais autonomia, participação e cidadania das pessoas com deficiência? Como fazer aquilo que são chamados a fazer, mas de forma mais inclusiva? A forma mais terapêutica não é, por si só, a mais inclusiva, como a forma mais lúdica também não o será.

Inclusão contra a inclusão

Quando a inclusão anda no discurso fácil e na espuma dos dias corre vários riscos, que se voltam contra o próprio processo inclusivo:

– **Banalização:** de tanto se usar a palavra, ela perde o seu valor de desafio à mudança, de confronto com o que é ainda preciso fazer. E quase tudo ainda está por fazer; embora cada tentativa de lei e de prática sempre permita um passo mais no sentido da inclusão, o percurso é difícil e cheio de entaves.

– **Segmentação:** a inclusão não é só da escola ou do acesso à profissão, mas um contínuo ao longo do percurso



de vida, desde o nascimento e a inclusão familiar. Reduzir à escola, ou a outro qualquer momento, será um obstáculo à efetivação da inclusão

– **Diluição:** a inclusão de que falamos é a da especificidade das pessoas cujo desenvolvimento se encontra alterado por uma condição inesperada. Apesar da palavra se poder referir a muitos grupos e condições, cada uma tem os seus desafios e exigências. Dizer que todos temos as nossas limitações é verdade, mas não resolve. Entre precisar de óculos e não ver, as distâncias e desafios são bem diferentes.

– **Redução:** a redução da inclusão a um aspeto particular nega o processo inclusivo na sua complexidade. O desafio da inclusão de uma criança cega não se reduz a usar o braille, ou a de uma outra com autismo a uma qualquer terapia.

– **Imposição:** esperar que a lei estabeleça, e faça cumprir, a inclusão, nega o dinamismo interpessoal que ela tem de mobilizar. Se falamos de escola, em última análise é o professor na sua relação com a criança concreta que vive a inclusão. Por isso a inclusão desafia os valores dos professores, pais e de todos enquanto cidadãos.

– **Uniformização:** se a inclusão trata de diversidade, aplicar regras para todos não a pode garantir plenamente. As pessoas com deficiência não são um grupo homogêneo, nem mesmo cada perturbação define um conjunto de pessoas iguais.

– **Performatização:** Confundir inclusão com atos pontuais específicos com impacto, social ou mediativo, mas que mudam pouco na vida das pessoas, pode ocultar os desafios de percurso.

Os custos da inclusão

A construção de uma escola e de uma sociedade inclusivas tem custos. E as crianças de hoje estão a pagar esse custo. Os seus pais também, e certamente muitas vezes pensam que seria melhor ter os seus filhos mais resguardados em ambientes menos inclusivos, mas mais protegidos. Mas eles são os construtores principais da inclusão. Não se faz inclusão para ou pelos outros.

A Declaração de Salamanca foi um momento chave no processo de criação de uma sociedade e de uma escola mais inclusivas. Ela não é a educação inclusiva. Como também não podemos dizer, como por vezes ouvimos, que antes era a época da exclusão e depois veio a época de inclusão. Sendo a inclusão um percurso, as grandes mudanças que ao longo do último século levaram à criação de associações, instituições e serviços para as pessoas com deficiência, são parte desse percurso inclusivo, a par com as mudanças nas escolas. Muito mudou certamente, mas os desafios do futuro vão manter as nossas interrogações sobre como fazer mais e melhor inclusão e desenvolvimento de todos.



descomplicar

Só teremos um verdadeiro estado de liberdade, quando, já dizia Sérgio Godinho, houver “a paz, o pão, habitação, educação”, no seu poema “Liberdade” que dá mote ao nosso artigo.

Num ano em que se assinalaram os 30 anos da Declaração de Salamanca sobre os princípios, política e práticas na área das necessidades educativas especiais, continua, mais do que nunca, a ser pertinente assegurar a educação de toda e qualquer criança, acautelando o seu superior interesse, esse conceito jurídico indeterminado, que, dada

dos sistemas educativos, no sentido de incluir todas as crianças num mesmo seio, independentemente das diferenças ou dificuldades individuais.

No entanto, para além de assegurar a educação para todas as crianças, é necessário também assegurar uma educação de qualidade. No início deste mês de Novembro, o Ministro da Educação afirmou que cerca de 12 mil crianças continuam a aguardar vaga no ensino pré-escolar; atualmente, cerca de 23 mil alunos continuam sem aulas a pelo menos uma disciplina; se não forem tomadas medidas, em 2031 vão faltar professores a quase todas as disciplinas – aponta um estudo efetuado

“A paz, o pão, habitação, saúde, educação”

Por Filipa Pereira Silva e Mariana Bem-Haja
FAF Advogados

essa sua característica, se traduz na existência de tantos interesses superiores quantas forem as crianças.

Este conceito assume um papel ainda mais importante quando se trata de crianças e jovens com necessidades educativas especiais, que, tendo os mesmos direitos que todas as outras, carecem de uma maior salvaguarda. Neste conspecto, inclui-se também o conceito de equidade: efetivamente, não somos todos iguais, pelo que é preciso ajustar esse “desequilíbrio”.

Assim, a Declaração de Salamanca apela à priorização do desenvolvimento

sobre a necessidade emergente de docentes com habilitação profissional em Portugal.

A propósito, diga-se, a escola deveria funcionar como um equalizador social; é esta a instituição que a maior parte das crianças frequenta diariamente, e é esta a instituição onde essas crianças passam a maior parte do seu tempo. Mas, para cumprir a sua função de equalizador social – e, conseqüentemente, funcionar como “elevador social” –, carece de um sistema devidamente estruturado e acessível a toda a sociedade, que proporcione oportunidades equitativas



a todas as crianças e jovens, que promova o acesso universal ao conhecimento de qualidade, que desenvolva a igualdade de oportunidades e o acesso a redes sociais e culturais.

Porém, o ensino inclusivo continua a ser o “parente pobre” do ensino, conforme alerta o presidente da Associação Nacional de Diretores de Agrupamentos e Escolas Públicas.

Ora, nos termos do Decreto-Lei n.º 54/2018, de 06.07, que estabelece o

da sua realização plena, promovendo a equidade e a igualdade de oportunidades no acesso ao currículo, na frequência e na progressão ao longo da escolaridade obrigatória”.

Contudo, e apesar de cerca de 8% das crianças e jovens estarem abrangidos pelo regime, casos há de crianças e jovens que não beneficiam das medidas devidas, por falta de recursos, desde logo humanos, nas escolas o que, naturalmente, provoca um subdesenvolvimento escolar,

uma adversidade com tendência a agravar-se.

É, na verdade, o “direito ao ensino com garantia do direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar” um dos direitos fundamentais assegurados a todos pela nossa Constituição da República, cabendo ao Estado assegurar o cumprimento dessa prerrogativa. Mais, cumpre ao Estado, na realização da política de ensino, “[p]romover e apoiar o acesso dos cidadãos portadores de deficiência ao ensino e apoiar o ensino especial,

quando necessário”. Não se pode, assim, aceitar um Estado que promova um sistema educativo que suprime os direitos fundamentais da população.

É preciso educação para todos, mas educação de qualidade. E, já agora, uma escola com justiça e equidade, que funcione, devidamente, como um equalizador social.

regime jurídico da educação inclusiva, define-se precisamente como princípio orientador a “equidade”, que se traduz “[n]a garantia de que todas as crianças e alunos têm acesso aos apoios necessários de modo a concretizar o seu potencial de aprendizagem e desenvolvimento”; e ainda que “as medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão têm como finalidade a adequação às necessidades e potencialidades de cada aluno e a garantia das condições



humanitas

NADA DO QUE É HUMANO NOS É ALHEIO